

CLIPPING IMPRESSO

03/12/2019



INDICE

1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
1.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	1 - 4
1.2. JORNAL PEQUENO.....	5
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	6
3. PUBLICIDADE LEGAL	
3.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	7



No Maracanã

O Poder Judiciário do Maranhão inaugurou mais um Centro de Solução de Conflitos. Desta vez, no 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Maracanã, na BR-135. Na solenidade, o vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, representou o presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. O novo Centro de Conciliação, que é o 25º a ser instalado no Estado e o nono de São Luís, oferecerá serviços jurídicos, de informação e orientação à comunidade, da área do Distrito Industrial, incentivando a solução de demandas por meio do diálogo, do acordo e da conciliação.

Novo espaço

TJMA inaugura Centro de Conciliação no Maracanã

Unidade vai beneficiar a comunidade com serviços jurídicos, de informação e orientação; desembargador Lourival Serejo ressaltou importância da iniciativa. **GERAL 7**

TJMA inaugura Centro de Conciliação no Maracanã

A unidade vai beneficiar a comunidade do Maracanã com serviços jurídicos, de informação e orientação; desembargador Lourival Serejo ressaltou a importância da iniciativa para a sociedade maranhense ao incentivar a pacificação social

O Poder Judiciário do Maranhão inaugurou, ontem, 2, mais um Centro de Solução de Conflitos, em São Luís. Desta vez, a unidade foi instalada no 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Maracanã (BR-135, KM 06).

Na solenidade, o vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo - representando o presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo - ressaltou a importância da iniciativa para a sociedade maranhense ao incentivar a pacificação social.

“A instalação do centro é uma demonstração clara de que o Judiciário está próximo da população, para promover a Justiça social, a cidadania, de forma efetiva, com vistas à pacificação dos conflitos. O futuro da Justiça está na conciliação”, frisou o desembargador Lourival Serejo.

Compromisso

O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, reafirmou o compromisso do Judiciário maranhense em incentivar a política nacional de conciliação, descentralizando os serviços e prestando um atendimento mais ágil, simples e sem burocracia

à comunidade.

“Ao instalarmos mais um centro de solução de conflitos no Estado, estamos estimulando a política de conciliação nas camadas sociais que necessitam do serviço público, a exemplo da área do Maracanã, cuja realidade social exige uma participação mais efetiva da Justiça na solução de demandas”, pontuou.

Na ocasião, o desembargador José Luiz Almeida agradeceu o apoio incondicional do presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo, aos diversos projetos implementados pelo Núcleo de Solução de Conflitos, bem como a viabilização de parcerias com várias instituições nas atividades do órgão, a exemplo do projeto ‘Conciliação Itinerante’, que já percorreu diversas comarcas neste ano, em cinco edições, promovendo acordos de maneira ágil e eficaz.

O novo Centro de Conciliação - o 25º a ser instalado no Estado e o 9º de São Luís - oferecerá serviços jurídicos, de informação e orientação à comunidade, da área do Distrito Industrial, incentivando a solução de demandas por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

Importância social

O juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, também enfatizou a importância social do novo centro,

que irá atender cidadãos que residem e trabalham na área do Distrito Industrial. “Os centros de conciliação são, na verdade, uma resposta do Poder Judiciário aos anseios dos cidadãos, que têm exigido uma Justiça cada vez mais ágil e atuante”, disse.

A juíza titular do Juizado, Diva Maria de Barros Mendes - atualmente afastada, exercendo a função de diretora do Fórum de São Luís - afirmou que o centro vai beneficiar bastante a comunidade local, “possibilitar que os cidadãos solucionem suas questões de forma rápida e simples”.

Prestigiaram o evento o coordenador dos Juizados Especiais do Maranhão, juiz João Francisco Gonçalves, e a juíza Maricélia Gonçalves (auxiliar respondendo pelo Juizado do Maracanã).

Pacificação

A iniciativa integra a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesses, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e incentivada por todos os tribunais do país. Visa assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridades.

A conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de

litígios, e a sua devida disciplina nos programas já implementados no país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças. ●

Divulgação



Descerramento da placa marcando a inauguração do Centro de Solução de Conflitos, no Maracanã

Liminar suspende greve do transporte rodoviário na Ilha

Sindicato da categoria foi notificado ontem da decisão judicial; entidade informou que, caso os salários dos trabalhadores não seja creditado, os ônibus serão impedidos de deixar as garagens

A Justiça suspendeu, por meio de liminar, a greve dos motoristas e cobradores de ônibus que estava prevista para começar nesta terça-feira, 3, em São Luís. O Poder Judiciário estabeleceu uma multa de até R\$ 20 mil por dia em caso de descumprimento da determinação. O Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário do Estado do Maranhão (STTREMA) alega que as empresas estão atrasando os salários da categoria e não estão disponibilizando o tíquete-alimentação.

O STTREMA recebeu a liminar das mãos do oficial de Justiça, na manhã de ontem, o que surpreendeu a categoria. De acordo com Isaías Castelo Branco, presidente do Sindicato dos Rodoviários, a Justiça suspendeu o movimento grevista após intervenção da Prefeitura de São Luís, que pediu a circulação de 70% da frota, caso a paralisação ocorresse. "A entidade sindical, mais uma vez, ficou impedida de fazer greve, privada do seu direito de se manifestar. Isso acontece toda vez que o trabalhador recorre ao último instrumento que tem", pontuou ele.

Para Isaías Castelo Branco, se rodasse 70% da frota, não seria mais caracterizada a greve, uma vez que, segundo ele, essa é a porcentagem dos ônibus que, atualmente, transitam na Grande Ilha. "Era para rodar 100%, mas as empresas fazem o que querem com o trabalhador, recolhem ônibus na hora que querem, enfim", declarou o presidente do STTREMA.

O presidente do sindicato anunciou que, apesar da liminar, os representantes da entidade ficarão nas portas das garagens das empresas que estão devendo os trabalhadores, no início da manhã desta terça-feira, para impedir a saída dos ônibus. Isso, porém, só ocorreria se o pagamento dos salários atrasados não fosse efetuado até a noite dessa



Paulo Soares

Frota de ônibus seria paralisada, mas a Justiça mais uma vez suspendeu

segunda-feira.

Nota da Prefeitura

A Prefeitura de São Luís se manifestou, por meio de nota, sobre o caso. Foi informado que a Procuradoria Geral do Município (PGM) perpetrou medida judicial cabível junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT). "O objetivo foi manter o funcionamento regular da frota de ônibus, garantindo o direito de ir e vir dos usuários do transporte coletivo da capital", frisou a PGM.

Reivindicações da categoria

O movimento grevista foi anunciado no último dia 28 pelo presidente Isaías Castelo Branco, após uma reunião com o Departamento Jurídico da entidade. Na ocasião, ele afirmou que todas as empresas que atuam no transporte público da Grande São Luís que estão em desacordo com a Convenção Coletiva de Trabalho iriam paralisar as atividades. A medida foi um desdobramento da falta de acordo entre os rodoviários e os representantes de nove empresas que compõem o Consórcio Upaon-Açu, em uma audiência de conciliação realizada no dia anterior.

A reunião aconteceu no Ministé-

rio Público do Trabalho (MTP), em São Luís. Isaías Castelo Branco disse que, no encontro, os empresários não apresentaram uma proposta sequer para solucionar os transtornos enfrentados pelos trabalhadores. Segundo a categoria, até o momento, não houve garantia dos salários e demais benefícios dos rodoviários. "São inúmeros os problemas: salários em atraso, tíquete-alimentação não disponibilizado; plano de saúde suspenso por falta de pagamento; carteiras de trabalho não assinadas, além de férias e até o 13º salário do ano passado não concedidos", comentou o presidente do Sindicato dos Rodoviários.

Cronologia do impasse

Desde o início deste ano, as empresas e rodoviários estão em conflito, com sucessivas ameaças de greve. Em fevereiro, o STTREMA anunciou uma paralisação, após impasse entre a categoria e os patrões. Os trabalhadores pediram o pagamento dos reajustes salariais e do valor do tíquete-alimentação, conforme acordo celebrado em audiência no Tribunal Regional do Trabalho, com a participação do

Sindicato das Empresas em Transporte de Passageiros (SET).

O acordo foi estabelecido em dezembro de 2018, após quatro meses de negociações entre a categoria e os empresários. Em agosto do ano passado, o Sindicato dos Rodoviários e o SET tentaram evitar uma greve da categoria. No dia 26 de outubro, ocorreu uma paralisação de advertência em São Luís, entre as 4h e as 7h, quando 70% da frota circulou. À tarde, os rodoviários também cruzariam os braços, mas o movimento foi suspenso depois do recebimento de uma notificação do Tribunal Regional do Trabalho e também porque o Ministério Público do Trabalho (MPT) convocou uma reunião.

No dia 29 de outubro, também ocorreria a greve da categoria, mas o movimento igualmente foi suspenso. No dia 7 de novembro, a "novela" continuou com outro capítulo, pois houve nova reunião entre as partes, mas as negociações não avançaram. No dia 12 do mesmo mês, novo encontro aconteceu, no SET, mas as partes não chegaram a um acordo. Em seguida, Isaías Castelo Branco convocou a categoria para uma assembleia geral.

Nesse período, os dois sindicatos se reuniram com o procurador Roberto Magno Peixoto Moreira, com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes. Os rodoviários pediam reajuste salarial de 12%, aumento no tíquete-alimentação e inclusão de dependentes nos planos odontológico e de saúde. O STTREMA também negociou para que a função de cobrador não fosse extinta.

No dia 19 de dezembro de 2018, os dois sindicatos, finalmente, se entenderam, e definiriam que, a partir de janeiro de 2019, os salários da categoria teria reajuste de 7%. ●

Integra em oestadoma.com/476795



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SPR nº 86/2019

Processo nº 42.135/2019

Objeto: Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios; **Abertura:** 16/12/2019 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181. São Luís/MA, 29 de novembro de 2019. **Thiego Chung de Farias - Pregociro do TJMA.**

TJMA inaugura Centro de Conciliação no Maracanã

O Poder Judiciário do Maranhão inaugurou, nesta segunda-feira (2), mais um Centro de Solução de Conflitos, em São Luís. Desta vez, a unidade foi instalada no 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Maracanã (BR 135, KM 06). Na solenidade, o vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo – representando o presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo – ressaltou que a iniciativa é uma demonstração clara de que o Judiciário está próximo da população, para promover a justiça social, e a cidadania, de forma efetiva, com vistas à pacificação dos conflitos.

O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, reafirmou o compromisso do Judiciário maranhense em incentivar a política nacional de conciliação, descentralizando os serviços e prestando um atendimento mais ágil, simples e sem burocracia à comunidade.

O novo Centro de Conciliação – o 25º a ser instalado no Estado e o 9º de São Luís – oferecerá serviços jurídicos, de informação



O novo Centro de Conciliação é o 25º a ser instalado no Estado e o 9º em São Luís

e orientação à comunidade, da área do Distrito Industrial, incentivando a solução de demandas por meio do diálogo, do acordo, da conciliação. O juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, também enfatizou a importância social do novo centro e destacou que ele irá atender cidadãos que residem e trabalham na área do Distrito Industrial. A juíza titular do Juizado, Diva Maria de Barros Mendes –

atualmente afastada, exercendo a função de diretora do Fórum de São Luís – afirmou que o centro vai beneficiar bastante a comunidade local, “possibilitar que os cidadãos solucionem suas questões de forma rápida e simples”. Prestigiaram o evento o coordenador dos Juizados Especiais do Maranhão, juiz João Francisco Gonçalves, e a juíza Maricélia Gonçalves (auxiliar respondendo pelo Juizado do Maracanã).